

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ESTUDOS DE GÊNERO

Annie Caroline Ebani Jacques

**O FEMININO ENTRE AS RUAS E A POLÍTICA SOCIAL:
TRAJETÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS**

Santa Maria, RS

2021

Annie Caroline Ebani Jacques

**O FEMININO ENTRE AS RUAS E A POLÍTICA SOCIAL:
TRAJETÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE
SANTA MARIA/RS**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Laura Fonseca

Santa Maria, RS

2021

Annie Caroline Ebani Jacques

**O FEMININO ENTRE AS RUAS E A POLÍTICA SOCIAL:
TRAJETÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE
SANTA MARIA/RS**

Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Estudos de Gênero**.

Aprovado em 22 de Janeiro de 2021:

Laura Regina da Silva Camara Maurício da Fonseca, Dr^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Cristina Kologeski Fraga, Dr^a (UFSM)

Monalisa Dias de Siqueira, Dr^a (UFSM)

Santa Maria, RS
2021

O Feminino entre as ruas e a política social: trajetórias de mulheres em situação de rua no município de Santa Maria/RS

The Feminine between the streets and social politics: trajectory of homeless women in the City of Santa Maria/RS

Annie Caroline Ebani Jacques¹, Laura Regina da Silva Camara Mauricio da Fonseca²

RESUMO

O presente artigo promove a discussão sobre as trajetórias de mulheres em situação de rua no município de Santa Maria/RS a partir da aproximação da pesquisadora no exercício profissional como assistente social do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Tem como objetivo a análise sobre os impactos dos marcadores sociais de vulnerabilidade na trajetória das mulheres em situação de rua e seus desdobramentos a partir das relações de gênero, como forma de compreender os processos sociais que levam à situação de rua. Caracterizou-se como uma pesquisa de tipo quantitativa-qualitativa, documental e exploratória, fundamentada no método materialista histórico e dialético. Para alcance dos resultados foram utilizados dados quantitativos e qualitativos coletados com base na análise de prontuários do CREAS. A partir da intersecção entre as categorias gênero, classe e raça/etnia dentro do modelo patriarcal de sociedade, definido pela submissão do feminino e naturalização da violência contra a mulher, as mulheres em situação de rua vivenciam uma opressão particular no espaço público frente à inexistência de políticas sociais públicas integradas para atendimento às suas demandas, em que a política de assistência social ganha centralidade no enfrentamento à superação deste fenômeno histórico.

Palavras-chave: Mulheres. Situação de Rua. Gênero.

ABSTRACT

The current article promotes the discussion about trajectories of homeless women in the city of Santa Maria/RS through the approximation of the researcher as a social worker at the “Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)”. The objective of the article is to analyze the impacts of social markers of vulnerability in the trajectory of homeless women and their development as from the gender relationships to comprehend social processes that lead to homeless situation. The research is characterized as a quantitative-qualitative, documentary and exploratory, based on the materialistic, historic and dialectic method research. To achieve the results qualitative and quantitative data were used. They were collected based on the analysis of CREAS’ files. From the intersections between gender categories, class and race/ethnicity inside the patriarchal model of society, defined by the female submission and naturalization of the violence against women, homeless women live a particular oppression in the public space in face of the absence of integrated public social politics to assist their demands, in which the politics on social assistance comes to the center in the battle to overcome this historic phenomenon.

Keywords: Women. Homeless Women. Gender.

¹ Formação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) no ano de 2017. Atualmente atua como assistente social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. Pós-graduanda do Curso de Especialização em Estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: annie_kri@hotmail.com.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PPGSS/PUCRS, Mestre em Política Social, pela Universidade de Brasília - UnB. Graduada em Serviço Social, pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. E-mail: laurafonseca.22@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Discutir as relações de gênero e suas manifestações fez parte da minha trajetória acadêmica e profissional. O estudo em pauta, surge a partir do meu exercício profissional como assistente social do CREAS³ no município de Santa Maria, a aproximação com os sujeitos da pesquisa: as mulheres em situação de rua, e o ingresso como pós-graduanda no Curso de Especialização em Estudos de Gênero, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

A partir das relações sociais no modo de produção capitalista, estabelecidas pela opressão e exploração dos indivíduos, marcadas pela crescente desigualdade social e expansão do neoliberalismo frente ao retrocesso de direitos conquistados pela classe trabalhadora e redução das políticas sociais para atendimento às necessidades básicas da população, o crescente aumento no número de desempregados no país faz crescer o fenômeno da população em situação de rua. São homens e mulheres que sobrevivem em situações desumanas e sem acesso às necessidades básicas. A invisibilidade dos sujeitos que utilizam a rua como espaço de moradia, torna-se ainda mais latente diante do preconceito da sociedade, que insiste em culpabilizar unicamente os indivíduos pela situação vivenciada, desresponsabilizando o Estado, frente à garantia de direitos que falha desde à infância, o que acaba por naturalizar violências e privações que acarretam na trajetória de rompimento de vínculos familiares, sendo a rua a consequência de processos de violação de direitos.

A aproximação com o fenômeno população em situação de rua no meu exercício profissional suscita indagações e reflexões acerca das trajetórias e vivências dos indivíduos e as múltiplas expressões da questão social que se manifestam em suas histórias, e que levam ao processo de ser da rua e estar na rua.

Em um contexto social, que envolve classe, gênero e raça, estudos mostram que a população em situação de rua é majoritariamente masculina, fato este que se repete nos dados apresentados no município de Santa Maria/RS. Porém, destaca-se que para além da invisibilidade enfrentada pela população em situação de rua, há a subalternidade imposta às mulheres em situação de rua. Mesmo que em menor número, as mulheres vivenciam em seu cotidiano a escassez de políticas públicas para atendimento de suas necessidades, além da

³ Dispositivo da política de assistência social, componente da política de proteção especial de média complexidade que atende indivíduos e famílias em situação de risco e violação de direitos. Entre as demandas atendidas, destaca-se o trabalho social com a população em situação de rua, a qual apresenta particularidades que serão debatidas ao longo deste estudo.

exposição do feminino às situações de violência, historicamente naturalizadas pelo modelo patriarcal de sociedade.

Dentro da perspectiva feminista materialista, as relações sociais que envolvem o gênero são relações de exploração, opressão e apropriação, que tem como base material a divisão sexual do trabalho, o controle sobre a sexualidade e a reprodução das mulheres, forjados por um sistema patriarcal, capitalista e racista. As relações sociais fundadas a partir do trabalho, em uma sociedade hetero-patriarcal-racista-capitalista, possuem três divisões: a divisão social (classe); a divisão racial (raça/etnia); e a divisão sexual (gênero) (CISNE; SANTOS. 2018).

Ao considerar às mulheres em situação de rua, é importante a reflexão sobre os desafios enfrentados por elas no que se refere as estratégias de proteção e sobrevivência na rua e em unidades de acolhimento, levando-se em consideração a dominação masculina enquanto processo histórico e a naturalização da submissão do feminino, além da pressão social por não se encaixar em determinados padrões de feminilidade impostos.

É neste sentido, que o estudo tem como objetivo identificar e compreender como os marcadores sociais de vulnerabilidade e a opressão das mulheres em situação de rua, amparados no modelo de sociedade patriarcal e capitalista contribuem para a manutenção do sistema patriarcal também no espaço público, como reprodução do ambiente doméstico.

A perspectiva metodológica adotada neste estudo, tendo como base o método materialista histórico e dialético, e suas categorias: historicidade, totalidade e contradição, permite a análise da sociedade a partir da divisão de classes e também as relações de poder, relações estas que também se manifestam nas trajetórias de mulheres em situação de rua.

Para tanto, além da compreensão acerca da realidade social vivenciada pelas mulheres em situação de rua, o estudo traz a discussão sobre a organização da política de assistência social e a dimensão que ela adquire para atendimento da população em geral, e de modo específico à população em situação de rua e as particularidades para atendimento às mulheres em situação de rua, além de como a demanda é atendida dentro de um âmbito municipal, sendo este um debate fundamental para o entendimento da centralidade adquirida como política de proteção social.

Outro item principal é o resgate da historicidade do fenômeno população em situação de rua e de como as relações entre o masculino e o feminino se manifestam de formas distintas no espaço da rua de acordo com gênero, baseados em um modelo patriarcal, capitalista e racista.

Este trabalho, se desenvolve dentro de uma perspectiva crítica, ao encontro do Projeto Ético-Político do Serviço Social, e sua relevância, para além da discussão sobre os processos sociais vivenciados pelas mulheres em situação de rua, contribui para o meu aprimoramento profissional. Ainda, fornece elementos para o aperfeiçoamento da política de assistência social, visto que a compreensão das realidades vivenciadas dentro do município, permitem elaborar estratégias para o enfrentamento das situações de vulnerabilidades e violências vivenciadas pelas mulheres em situação de rua em âmbito municipal.

2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E ATENDIMENTO À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Pensar o fenômeno população em situação de rua e o seu crescimento nas últimas décadas no Brasil convoca a reflexão de como o Estado Brasileiro se organizou no sentido da formulação de estratégias para o enfrentamento e superação da situação de rua. Historicamente a política de assistência social ganhou centralidade no trabalho com esta população, cabendo aqui um resgate histórico sobre a organização da política, que evoluiu dos processos arbitrários de higienização para o reconhecimento da população em situação de rua como sujeitos de direitos.

É a partir do desenvolvimento de políticas sociais, em que o Estado foi convocado a dar respostas efetivas à reivindicação de direitos da classe trabalhadora frente à crescente pauperização e precarização das relações de trabalho sob a vigência do modo de produção capitalista, que tem como base a exploração da força de trabalho e concentração de riqueza de grandes proprietários dos meios de produção, que as políticas de proteção social surgiram como uma resposta do Estado à desigualdade social oriunda do sistema capitalista.

No Brasil, o marco das políticas sociais se deu através da promulgação da Constituição Federal de 1988, que trouxe em seu texto a garantia aos direitos sociais, orientada pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática, introduzindo o conceito de seguridade social, composta por um tripé formado pelas políticas de saúde, previdência social e assistência social. Em seu Art.6º definiu como direitos sociais o acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). Sendo assim, as políticas sociais deveriam ser formuladas no sentido da garantia dos direitos assegurados na Constituição Federal.

A política de assistência social, conforme o Art. 203, configurou-se como direito de todo cidadão que dela necessitar, tendo como objetivo a proteção à família, à infância, à adolescência e a velhice, bem como o amparo à crianças e adolescentes carentes e a garantia do benefício de prestação continuada⁴, incorporando também a promoção e integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 1988). Deste modo, como parte integrante do conjunto de ações do sistema de seguridade social, a assistência social foi regulamentada como política pública de responsabilidade do Estado, sendo posteriormente promulgada em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS)⁵.

Pensado inicialmente como um conjunto de ações universalizantes visando a proteção social com a garantia do direito à saúde, ao trabalho e os chamados mínimos sociais, o tripé da seguridade social em razão da iniciativa privada através dos planos de saúde e previdência privada, acabou por deslocar o interesse para o mercado visando o lucro. Diante deste cenário, a política de assistência social que deveria ser parte integrante do sistema de proteção social ganhou centralidade, incorporando demandas oriundas da crescente massa de trabalhadores desempregados e também àqueles submetidos à precárias condições de trabalho e remuneração. Conforme Mota,

Enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil (MOTA, 2010, p.134).

Assim, com base na centralidade adquirida pela política de assistência social no tripé da seguridade social e a partir da ausência da integração das políticas de proteção social acerca da garantia de direitos da classe trabalhadora, principalmente no que se refere ao trabalho, primordial para a manutenção da sobrevivência no sistema capitalista, as demandas foram incorporadas pela política de assistência social que passou a atender a crescente pauperização provocada pelas relações de trabalho e retrocesso dos direitos sociais. O Estado e as classes dominantes acabaram por transformá-la no principal instrumento de enfrentamento à desigualdade social, assumindo a tarefa de ser a política de proteção social e

⁴ Segundo o Art. 203 da Constituição Federal de 1988, inciso "V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei" (BRASIL, 1988, p. 60).

⁵ Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências.

não parte da política de proteção social, englobando o atendimento de parcela significativa da população (MOTA, 2010).

A partir do seu papel como política de proteção social e após transformações no sistema de garantia de direitos, a política de assistência passou a ser operacionalizada através do modelo de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), materializando o conteúdo da LOAS.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o público usuário da política de assistência social foi definido como cidadãos e grupos que encontram-se em situações de vulnerabilidade e riscos, como famílias que apresentam fragilidade e/ou rompimento de vínculos familiares e pertencimento; grupos estigmatizados em razão de etnia, cultura e gênero; pessoas com deficiência; idosos; indivíduos e famílias que encontram-se em situação de vulnerabilidade social; usuários de substâncias psicoativas; diferentes formas de violações de direitos advindos do núcleo familiar; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal (BRASIL, 2004).

Organizados a partir da PNAS, foram desenvolvidos equipamentos públicos para atendimento das demandas da população usuária através dos níveis de proteção básica e especial. A Proteção Social Básica (PSB), com o objetivo de prevenir situações de risco e o fortalecimento dos vínculos familiares e a Proteção Social Especial (PSE), com o objetivo de atendimento à famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco e/ou violação de direitos. Dentro da PSE, os serviços de média complexidade oferecem atendimentos às famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, mas cujos vínculos familiares não foram rompidos e os serviços de alta complexidade visam garantir proteção integral, como moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou situação de ameaça, quando existe o rompimento dos vínculos familiares (BRASIL, 2004).

Entre as diretrizes e objetivos da política de assistência social foram elencados a defesa, garantia e ampliação dos direitos da população usuária, por meio de programas, projetos e benefícios, visando o enfrentamento à desigualdade social e promoção da cidadania, autonomia e protagonismo dos usuários. O trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do SUAS, pauta-se na compreensão das trajetórias de vida e dinâmicas familiares dos usuários atendidos, visando o fortalecimento da autonomia e o acesso aos direitos sociais enquanto sujeitos de direitos.

Através da compreensão da realidade social vivenciada pelos usuários e suas trajetórias, baseando-se nas diretrizes da política de assistência social, tem-se o entendimento

de sua relevância no acesso e ampliação dos direitos dos usuários, desmistificando a ideia de assistencialismo e caridade, como um favor. Este ponto torna-se imprescindível para a discussão sobre o avanço da assistência social como direito do cidadão, afastando-se da lógica de culpabilização do sujeito ou da família pela situação de vulnerabilidade social vivenciada.

A população em situação de rua está entre o público alvo para atendimento por meio da política de assistência social, por se tratar de pessoas que vivenciam em seu cotidiano a exclusão social e a falta de acesso às necessidades básicas, estando exposta às situações de degradação humana. Porém, apesar dos avanços conquistados com relação a política de assistência social como garantia de direitos, quando se trata do trabalho com a população em situação de rua, ainda existe a desresponsabilização do Estado frente ao atendimento e enfrentamento da situação, que acaba sendo suprida, de forma imediatista pelo voluntariado.

A centralidade adquirida pela política de assistência social para enfrentamento da situação de rua, que envolve um fenômeno histórico, demonstra a fragmentação das políticas públicas de atendimento aos direitos desta população, quando não há uma política de proteção social efetiva, envolvendo assistência social, educação, saúde, habitação e trabalho.

Conforme Costa (2009) existem sujeitos que devido ao tempo de trajetória na rua, não conseguem mais sair e acabam tendo a rua como modo de vida, sendo a única alternativa de vida, seja pela ineficiência das políticas públicas, ou pela própria situação de rua, pois quanto maior o tempo nessa situação, mais difícil fica a sua saída. Ainda segundo o autor, muitos municípios não estão preparados para atender de forma efetiva às necessidades desta população, quando o conhecido albergue é a única forma de atendimento (COSTA, 2009).

A escassez de uma rede integrada de atendimento à população em situação de rua que envolva as demais políticas sociais, que de forma articulada deveriam atender às demandas apresentadas por esta, como preconizada na Política Nacional para População em Situação de Rua, acaba por culpabilizar a política de assistência social por não garantir direitos e atender de forma insatisfatória os usuários, que permanecem em situação de extrema vulnerabilidade social. Como ressalta um usuário durante o I Encontro Nacional sobre população em situação de rua:

(...) não é mais um problema de assistência social única e exclusivamente à população de rua. Não é mais um problema único. A assistência social não tem como e não deve segurar essa bucha sozinha. Porque vai levar a culpa de todas as falhas. E ao mesmo tempo em que nós também ficamos improdutivos e ficamos inutilizados, porque nós ficamos num espaço que precisa que outras secretarias assumam seus compromissos. Secretaria da habitação, secretaria do trabalho e da saúde, ministérios, tem que assumir esse compromisso. Hoje aqui em Brasília o

morador de rua, cadê o ministro do Trabalho, cadê o ministro da Saúde? Cadê o ministro da Habitação? (...) (BRASIL, 2006, p. 22).

As políticas sociais, quando reconhecidas e implementadas como direitos, em uma perspectiva universalizante possibilitam um avanço no sentido da igualdade de condições e equidade (SILVA, 2009). O enfrentamento da situação de rua e atendimento aos sujeitos, quando reconhecido como fenômeno que envolve múltiplas determinações e assim, compreendido dentro de uma política de proteção social que abrange as demais políticas sociais, permite o reconhecimento da população em situação de rua enquanto sujeitos de direitos, protagonistas de suas histórias, e responsabilidade do Estado em proporcionar estratégias visando a autonomia e superação da situação de rua.

2.1 O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) E O TRABALHO COM A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RS

O CREAS caracteriza-se como uma unidade pública de referência para a oferta de trabalho social a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos, que demandam intervenções especializadas no âmbito do SUAS, componente da proteção social especial de média complexidade. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2013), oferece o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família de Indivíduos (PAEFI), serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a proteção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou submetem a situações de risco pessoal e social (BRASIL, 2013b).

O trabalho social desenvolvido a partir das diretrizes da política de assistência social com a população em situação de rua no município de Santa Maria/RS, na ausência do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP)⁶ é ofertado através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), por meio do Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) e por demanda espontânea.

⁶ “O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua” (BRASIL, 2011, p. 10).

O SEAS, dentro das especificidades da política de assistência social no município, é ofertado de forma a assegurar o trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique no território a incidência de situações de risco, como a situação de rua, buscando promover o fortalecimento dos vínculos de confiança com os usuários e o acesso à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia de direitos, atuando no processo de elaboração de novos projetos de vida (BRASIL, 2013a).

Assim, entre os objetivos do SEAS estão identificar indivíduos em situação de rua e a realidade social vivenciada para construir o processo de saída das ruas e possibilitar o acesso à rede de serviços e benefícios, bem como promover a reinserção familiar e comunitária, através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Além de realizar encaminhamentos para acolhimento na alta complexidade da política de assistência social, orientação para acesso aos serviços de saúde, acesso à documentação e alimentação no restaurante popular.

Mesmo que o município de Santa Maria/RS apresente demanda e aumento significativo de indivíduos em situação de rua, não há uma política efetiva para atendimento às necessidades que se apresentam na trajetória de rua. Como visto anteriormente, a assistência social permanece tendo sua centralidade para suprir as demandas referentes a este público, sendo que não há articulação entre as demais políticas no sentido de formular uma política municipal para atendimento e enfrentamento à situação de rua. Dentro do cotidiano de trabalho, é latente como a ausência das demais políticas influenciam na permanência de sujeitos em situação de rua.

Dentro do meu cotidiano profissional enquanto assistente social do CREAS, é comum a equipe ser abordada por cidadãos que, baseando-se no senso comum, ordenam a retirada das pessoas em situação de rua das vias públicas, com intuito de retomar medidas de higienização e internações compulsórias, por se tratarem em sua maioria de usuários abusivos de substâncias e pessoas com deficiência, acometidas por transtornos mentais. Diante disso, é necessário o destaque que o trabalho desenvolvido é pautado no respeito a autonomia do sujeito e manifestação dos interesses dos usuários, compreendendo suas trajetórias, particularidades e os processos sociais que culminaram na situação de rua, respeitando as escolhas e momentos em que cada sujeito se encontra.

3 O FENÔMENO POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A consequência do crescente processo de urbanização, a partir do agravamento das desigualdades sociais e a migração de indivíduos do interior para cidades com maior índice populacional em busca de melhores condições de vida e sobrevivência, definem a expansão do fenômeno população em situação de rua. Com base na Política Nacional para a População em Situação de Rua, considera-se população em situação de rua, um grupo heterogêneo, em que os indivíduos possuem em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, que utilizam os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite ou moradia provisória (BRASIL, 2009).

As transformações provocadas através do modo de produção capitalista, marcado pela exploração da força de trabalho da classe trabalhadora e a precarização, refletiu no aumento da população em situação de rua. Segundo Silva (2009), o agravamento do desemprego, a precarização das relações e condições de trabalho aliados a queda da renda média real dos trabalhadores, produziram uma expressiva superpopulação relativa⁷ que fez aumentar as desigualdades sociais e elevar os níveis de pobreza da classe trabalhadora.

O trabalho entendido como elemento central de transformação da natureza e garantia da sobrevivência do indivíduo dentro das relações sociais no sistema capitalista, permite a reflexão acerca da exclusão social vivenciada pela população em situação de rua, pois é através do trabalho remunerado que adquirimos existência e na falta deste, a perda da condição de existência (SILVA, 2009).

Segundo Mota, “na sociedade capitalista, a reprodução da própria vida tem como única alternativa a venda da força de trabalho e os salários como meio de acesso aos bens e serviços necessários à subsistência, através do mercado” (MOTA, 2010, p. 17). É em meio a questão da falta de acesso ao mercado de trabalho e crescimento do mercado informal que a população em situação de rua cresce cada dia mais, somando-se a trajetória de rua os desempregados que já não encontram meios de prover a sua subsistência, visto que mesmo para aqueles considerados aptos para o trabalho, sua mão de obra já não é absorvida pelo mercado.

⁷ O fenômeno população em situação de rua, síntese de múltiplas determinações, vincula-se à formação de uma superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no processo que envolve a acumulação do capital (SILVA, 2009).

A precária inserção no mercado de trabalho aliada a fragilização dos vínculos familiares, expõe os sujeitos à situação de extrema vulnerabilidade social, em condições sub-humanas de existência, sem acesso a renda e necessidades básicas. A população em situação de rua enfrenta em seu cotidiano a invisibilidade por parte das políticas sociais públicas, além do preconceito e estigma impostos pela sociedade aos sujeitos, que acabam se tornando os principais obstáculos para superação da situação de rua.

Segundo Silva (2009), são múltiplas as determinações que levam indivíduos à situação de rua, como fatores estruturais, que envolvem a ausência de moradia, a inexistência de trabalho e renda; fatores biográficos, ligados as histórias de vida de cada sujeito, como a ruptura de vínculos familiares, uso abusivo de substâncias, transtornos mentais, perda de familiares e fugas das cidades de origem; e ainda fatores que envolvem a natureza e desastres.

O fenômeno população em situação de rua caracteriza-se como expressão radical da questão social⁸ na contemporaneidade, apreendida como expressão ampliada das desigualdades sociais geradas através do modo de produção capitalista, a qual também representa luta para acesso aos direitos e resistência, sendo uma reação às desigualdades impostas (SILVA, 2009).

Homens e mulheres são levados a vivenciar a situação de rua por uma condição imposta pela sociedade de classes, a qual está organizada para defender a mercadoria e o mercado, e não o ser humano em sua existência. Assim, a rua passa a ser o espaço para sobrevivência, como lugar de trabalho e moradia (TIENE, 2004).

Através da multiplicidade de fatores que envolvem o fenômeno, temos a característica de culpabilização dos sujeitos que se encontram em situação de rua, como se estes fossem culpados pela situação vivenciada, isentando a sociedade de classes na produção das desigualdades sociais (SILVA, 2009).

Além da culpabilização dos sujeitos, o modelo de sociedade baseado na meritocracia, o mito de que todos somos iguais e temos as mesmas oportunidades, e assim o mérito de alcançar os objetivos pela “força de vontade”, ignorando o fato do Brasil ser um país permeado pela desigualdade social, de precário investimento na educação e saúde pública, de violações de direitos na infância quando crianças são submetidas à situação de trabalho infantil, evidenciando que as oportunidades não se apresentam da mesma forma dentro de classes sociais distintas. Em sua maioria, os sujeitos que vivenciam a situação de rua, vem de

⁸ Objeto de estudo do Serviço Social, de acordo com Iamamoto (2011) a questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades na sociedade capitalistas, apresentando-se também como múltiplas formas de pressão social.

trajetórias de sucessivas violações de direitos desde a infância, naturalizando os ciclos de violência enfrentados e reproduzindo-as dentro das relações sociais. Carregando assim, o estigma “de uma condição não escolhida pelos que nela se encontram, mas que nela foram colocados” (SILVA, 2009, p. 137).

Entre as estratégias de sobrevivência da população em situação de rua está o trabalho informal, desmistificando o preconceito presente na sociedade de que os mesmos não desejam trabalhar, pelo contrário, estão expostos à precárias condições de insalubridade e periculosidade, entre as ocupações mais frequentes, catadores de materiais recicláveis e cuidadores de carros, profissões não reconhecidas e valorizadas. Em pesquisa realizada com a população em situação de rua, Santos (2009) trouxe para o debate a realidade e compreensão de como os espaços urbanos se tornaram nichos de sustentação das pessoas em situação de rua, em que organizam sua rotina e sobrevivência de acordo com os recursos disponíveis.

O acesso a renda, para além do trabalho informal, consiste no programa Bolsa Família, em média R\$ 91,00 mensais, porém o programa de transferência de renda não atinge parcela significativa da população em situação de rua, seja pela falta de acesso à informação sobre o direito ao benefício, seja pela ausência de documentação. O bolsa família é o único programa brasileiro de acesso à renda para a população em situação de rua considerada apta para o mercado de trabalho. Aos que não possuem condições laborativas para acesso ao trabalho, seja por idade maior que 65 anos ou por se tratar de pessoa com deficiência, possuem direito ao Benefício de Prestação Continuada, no valor de um salário mínimo mensal.

Importante pontuar as relações de trabalho e renda, pois dentro do modo de produção capitalista, o qual gera a mercantilização das relações, onde o sujeito é visto como consumidor, àqueles que não são absorvidos pelo mercado de trabalho, não possuindo meios de garantir sua sobrevivência e de sua família a partir do trabalho assalariado, são excluídos da garantia aos direitos sociais, os quais na sociedade de classes estão vinculados ao trabalho. No que refere,

(...) à previdência social e assistência social, o trabalho continua sendo o divisor de águas entre as duas políticas(...) deixando sem proteção social os que são capazes para o trabalho e não podem exercê-lo pela própria natureza do sistema capitalista que não produz vagas para todos (...). (SILVA, 2009, p. 246)

Os processos sociais vivenciados pela população em situação de rua em suas múltiplas determinações, compreendidos através da reprodução das desigualdades sociais, que naturalizam e culpabilizam os indivíduos pelas situações vivenciadas, culminando na criminalização da pobreza e criação de estereótipos e preconceitos sobre a população em

situação de rua, acabam por retirar de homens e mulheres a condição de cidadania, os quais invisibilizados e tratados como perigo para a sociedade, utilizam a rua e os espaços públicos como espaço de moradia, seja de forma provisória ou permanente, construindo novas relações e trajetórias.

3.1 O ATRAVESSAMENTO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NA TRAJETÓRIA DE RUA

Refletir sobre o fenômeno população em situação de rua, composta em sua maioria por homens, suscita a necessidade de discussão sobre como relações de gênero se apresentam dentro da trajetória de rua e suas múltiplas determinações.

Segundo Gonçalves (2019), embora os homens possam atuar no sentido de proteção de suas companheiras na rua, bem como atuar como provedor em alguns contextos, continuam reproduzindo comportamentos de acordo com a estrutura patriarcal e machista da sociedade em que vivemos, perpetuando a violência de gênero ao exercer poder sobre os corpos femininos.

Para compreender como o gênero perpassa também o cotidiano de homens e mulheres em situação de rua é necessário um resgate a partir da construção social das relações sociais na sociedade, onde mesmo no espaço da rua é possível identificar as relações baseadas na diferenciação entre os gêneros, perpassando questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, a opressão do feminino e as diversas formas de violências.

As relações sociais desenvolvidas a partir do modelo patriarcal de sociedade, baseadas em relações de poder, definiram a opressão da mulher pelo homem e a naturalização dos papéis que foram atribuídos ao longo dos períodos históricos de submissão do feminino, onde o espaço doméstico foi reservado às mulheres, como se fosse algo natural. Para Saffioti (1987), a naturalização da crença de divisão de papéis, em que espaço o doméstico havia sido destinado às mulheres, ignorava a sua dimensão sociocultural e atendia principalmente aos interesses da classe dominante.

Ao estabelecer as diferenças entre homens e mulheres no espaço na rua, Rosa⁹ trouxe em sua análise que as mulheres vivenciaram a situação a rua como um ato libertador, fugindo das situações de violência doméstica, enquanto os homens chegaram a esse meio por conta da

⁹ DONNANGELO, ROSA. Vidas precárias no centro de São Paulo. Pesquisador estuda a condição e a trajetória da mulher em situação de rua na capital paulista. Disponível em <https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/2249-vidas-precarias-no-centro-de-sao-paulo>

falência. “A sociedade machista que tem na figura do homem o provedor e chefe de família, é a mesma sociedade que julga correto o espancamento de mulheres” (DONNANGELO, [2014?]). Assim, a ausência de políticas públicas para enfrentamento à violência contra a mulher, acarreta na permanência de muitas mulheres presas à ciclos de violências, o que explica o número inferior de mulheres em situação de rua, e o espaço público como majoritariamente masculino.

Embora as mulheres em situação de rua se apresentem em menor porcentagem comparadas aos homens, estas vivenciam a submissão ao espaço doméstico, mesmo que este espaço seja reproduzido no âmbito público, seja a rua ou instituição de acolhimento. Por consequência desta construção social da mulher como reprodutora e cuidadora do lar, filhos e marido, a mulher ao vivenciar a situação de rua, refere-se ainda com frequência à família e filhos, mesmo que não apresente possibilidades de permanecer com estes (TIENE, 2004).

Segundo Saffioti (1987) a identidade dos indivíduos foi socialmente construída, sendo que foram através das dimensões culturais e sociais que se desenvolveram as relações de gênero. Para muito além da diferenciação entre os sexos masculino e feminino, o gênero foi utilizado para se referir à organização social da relação entre os sexos. Assim, de acordo com Scott (1989), o sexo se referiu ao determinismo biológico e o gênero como construção social e uma categoria de análise das relações sociais.

Cisne (2018) utiliza também o termo relações sociais de sexo em contrapartida ao termo gênero, fundamentado a partir do feminismo francófono, para designar relações sociais mais amplas e que estão relacionadas às relações sociais de classe. A autora traz uma crítica ao conceito de gênero, quando este é utilizado de forma isolada e destituído da noção de hierarquia entre os sexos e de outras desigualdades estruturantes do sistema capitalista.

Neste estudo, foi utilizado o conceito de gênero a partir de uma compreensão crítica da realidade, entendendo que dentro do método materialista é imprescindível o debate sobre relações sociais associadas ao patriarcado e às questões que envolvem as dimensões de gênero, raça e classe como estruturantes das formas de opressão do sistema capitalista, com foco principal na opressão do feminino. As dimensões de gênero, raça/etnia e classe determinam as múltiplas relações sociais que compõem a sociedade, gerando situações desiguais e privilégio à alguns e estruturando relações de poder, exploração e opressão de um grupo social ou classe sobre outro (CISNE, 2018).

As múltiplas determinações que perpassam as trajetórias de mulheres em situação de rua foram permeadas pela naturalização da subordinação do feminino e controle de seus corpos, que vistos como públicos por habitarem o espaço público, são expostos à violência

perpetrada por homens, sejam estes seus companheiros, desconhecidos ou também por agentes de segurança pública, evidenciando a estrutura de relações de poder da cultura patriarcal.

A violência contra mulher, legitimada através do discurso dominante de inferiorização do feminino e que se estende também às mulheres transexuais, inicia-se desde cedo dentro do ambiente doméstico. O núcleo familiar, que supostamente deveria ser seguro, idealizado como um espaço de amor, proteção e acolhimento é na maioria das vezes, lócus privilegiado da violência contra a mulher (CISNE; SANTOS, 2018).

A rua é, muitas vezes, a fuga de situações de violência e a liberdade para muitas mulheres. Porém, através do machismo engendrado nas relações sociais, as mulheres em situação de rua vivenciam a violência doméstica mesmo sem possuir espaço doméstico.

Sobreviver na rua não foi uma escolha, mas sim a consequência de processos sociais vivenciados e que culminaram na violação de direitos destas mulheres. Cisne e Santos (2018) consideram que a constituição da família patriarcal foi sendo pautada pelo modelo de culpa, medo e proibições, em uma combinação para assegurar condições de exploração, de opressão, violação de direitos e a garantia da reprodução da propriedade privada. As formas de exploração e submissão também refletem no cotidiano de mulheres em situação de rua, nas relações e determinações do trabalho precarizado, nas relações de cuidado e nas formas de proteção e enfrentamento às violências impostas na rua.

O destaque principal dentro do fenômeno população em situação de rua é que para além da exclusão social imposta aos sujeitos que vivenciam a falta de acesso às necessidades básicas e direitos sociais, a invisibilização das mulheres em situação de rua é perversa no sentido de ausência de políticas públicas que atendam minimamente as necessidades específicas das mulheres, desde o acesso à saúde da mulher, a escassez de vagas nos dispositivos de acolhimento, a maternidade vivenciada durante a trajetória de rua e a própria manutenção do autocuidado. Assim,

Quando o corpo vive e se desenvolve em uma sociedade de classes, que produz corpos submissos, economicamente incluídos no processo produtivo, e corpos descartáveis, tem-se pela frente um grande desafio, tanto para a mulher, cujo corpo foi e é historicamente excluído, como para o homem. (...) o desafio é entender que na diferença entre o corpo feminino e masculino, o corpo da mulher é mais submetido à exclusão (TIENE, 2004, p. 63).

O gênero como fator de vulnerabilidade, aliado às dimensões de classe e raça, define também as formas de opressão e submissão que envolvem às mulheres em situação de rua e

suas trajetórias, expostas às situações de violações de direitos, onde seu corpo é muitas vezes oferecido como moeda de troca para garantia de sua sobrevivência na rua, também quando nos referimos às mulheres transexuais e o direito a sexualidade, bem como o precário acesso ao mercado de trabalho e desvalorização nas relações de trabalho.

A sobrevivência do feminino no espaço público envolve estratégias de proteção e defesa diante da escassez de políticas de atendimento às mulheres em situação de rua, a partir da naturalização dos processos que envolvem a violência contra a mulher, estando expostas ao risco extremo por ocuparem o espaço público, quando não há o respeito ao seu corpo, o ser mulher sujeito de direitos e o direito à rua.

4 METODOLOGIA

Para alcance dos resultados, levando-se em consideração o problema de pesquisa e objetivos através do conhecimento do perfil e realidade social das mulheres em situação de rua, o estudo baseou-se no método materialista, histórico e dialético¹⁰, abrangendo as categorias historicidade, totalidade e contradição. Fundamentado no método dialético, enfatizando a dimensão histórica dos processos sociais a partir do modo de produção vigente na sociedade e sua relação com as superestruturas políticas, econômicas e jurídica, buscando compreender e interpretar os fenômenos observados. Assim, a dialética fornece as bases para uma investigação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos de forma isolada, abstraídos de influências políticas, econômicas e culturais (GIL, 2008).

Segundo Prates e Fernandes (2016), o paradigma do método dialético crítico contempla um equilíbrio no processo investigativo, entre as condições subjetivas e objetivas dos sujeitos e o movimento contraditório em que estão inseridos os fenômenos sociais, considerados em sua totalidade, permitindo a articulação entre os dados quantitativos e qualitativos, a forma e conteúdo, razão e sensibilidade. Dentro da abordagem dialética propõe-se explicitar o sistema de relações, não só as relações exteriores que o sujeito constrói, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados, entendendo

¹⁰ Teoria e metodologia da ciência social formulada por Karl Marx. “O materialismo histórico não é a soma ou síntese de elementos anteriores. Não surgiu, sem dúvida, no vazio cultural, porém trouxe uma visão profundamente nova do desenvolvimento da sociedade humana e um novo projeto de lutas sociais com vistas à transformação radical da sociedade existente” (MARX, 1998, XVII). Crítica ao capitalismo, a sociedade burguesa e da alienação das forças sociais no poder do capital, em uma perspectiva de emancipação da humanidade através do poder revolucionário do proletariado na luta de classes (MARX, 1998).

que o fenômeno ou processo social deve ser apreendido nas suas determinações e transformações dadas pelo sujeito (MINAYO, 2002).

O objetivo do estudo consistiu na análise sobre os impactos dos marcadores sociais de vulnerabilidades nas trajetórias das mulheres em situação de rua e seus desdobramentos a partir das relações de gênero, a fim de compreender os processos sociais que levam à situação de rua. Para nortear a análise foram elencados três objetivos específicos: 1) Analisar o perfil das mulheres em situação de rua atendidas; 2) Identificar os marcadores sociais de vulnerabilidades que se manifestam nas trajetórias das mulheres em situação de rua atendidas; 3) Compreender como as relações de gênero se apresentam nas trajetórias de mulheres em situação de rua atendidas no Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

O estudo foi norteado pela pesquisa de tipo quantitativa e qualitativa, de caráter documental e exploratória. Os dados quantitativos e qualitativos, auxiliaram para entender, desvendar, qualificar e quantificar de forma verificativa, permitindo estudar a importância dos fenômenos e fatos para que possa mensurá-los (PROETTI, 2017). Ainda segundo Prates (2012), a articulação entre qualidade e quantidade dão visibilidade ao movimento do desvendamento do real.

A coleta de dados foi realizada a partir de fonte documental secundária, sendo utilizados registros institucionais escritos ou seja, prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) referentes aos atendimentos e abordagens realizadas no ano de 2020 com mulheres em situação de rua, formulados e utilizados pelo serviço social e psicologia, sendo possível a análise do perfil a partir da minha aproximação com as mulheres em situação de rua e seu cotidiano no exercício profissional como assistente social por meio do fortalecimento dos vínculos com as usuárias, observando pontos marcantes de suas trajetórias, os quais foram analisados através de roteiro de análise documental.

Com relação ao universo da pesquisa, definido de acordo com Gil (2008) como o conjunto de elementos que possuem determinadas características em comum, teve como base a totalidade dos 29 prontuários da instituição referente às mulheres em situação de rua atendidas pelo CREAS no ano de 2020. A amostra, subconjunto do universo, a partir do qual se estabelece e estimam as características do universo (GIL, 2008) consistiu em 10 prontuários de mulheres em que obtive maior aproximação no cotidiano de trabalho para compreender suas trajetórias, tendo como critério prontuários que constavam no mínimo duas intervenções, seja por meio da escuta da mulher em situação de rua e do núcleo familiar, quando existente. Caracterizando-se como amostra intencional, que consistiu em selecionar

um subgrupo que com base nas informações disponíveis considera representativo do grupo populacional a qual se dirige o estudo (GIL, 2008).

Os dados foram analisados e interpretados de acordo com Bardin (1977), abrangendo as fases de pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Com relação aos aspectos éticos, foi solicitada autorização institucional à Secretaria de Município de Desenvolvimento Social (SMDS) para utilização dos prontuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Santa Maria/RS.

5 AS TRAJETÓRIAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

A pesquisa sobre a trajetória das mulheres em situação de rua no município de Santa Maria/RS e a compreensão dos marcadores sociais de vulnerabilidades a partir das relações de gênero identificados através dos atendimentos e vínculo entre profissional assistente social e usuárias da política de assistência social foram analisados a partir dos dados quantitativos e dados qualitativos, os quais são apresentados dentro dos tópicos a seguir.

5.1 DADOS QUANTITATIVOS E RECORTE DE GÊNERO A PARTIR DOS ATENDIMENTOS REALIZADOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS) DE SANTA MARIA-RS

A aproximação com o público alvo deste estudo, as mulheres em situação de rua, deu-se a partir do trabalho desenvolvido com a população em situação de rua no município de Santa Maria, executado através do meu exercício profissional como assistente social no CREAS, como já abordado anteriormente. Cabe destacar aqui, que por não se tratar de um dispositivo específico de atendimento à população em situação de rua, sendo que também são atendidas pela equipe de referência, a qual faço parte, as demandas referentes à idosos, pessoas com deficiência e mulheres em situação de violência de todo o território do município, encontra-se dificuldades no acompanhamento contínuo às demandas da população em situação de rua.

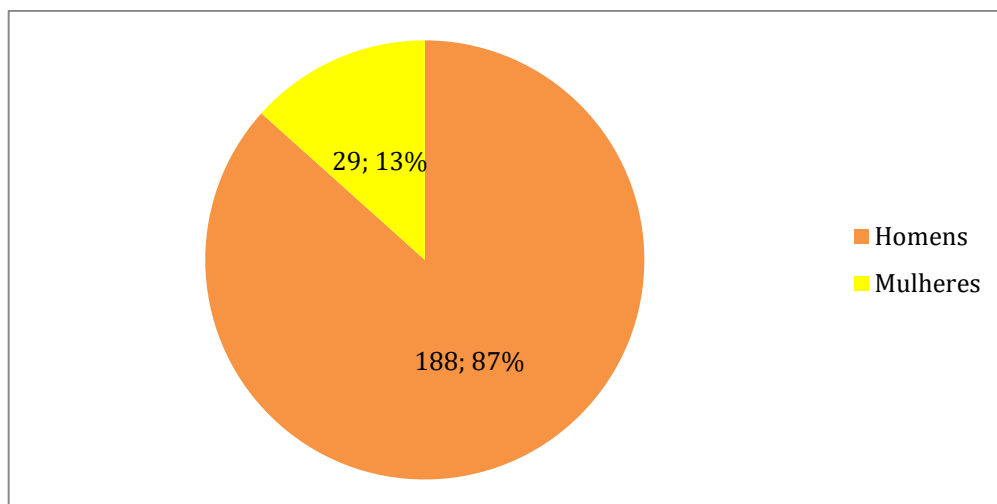
Os dados quantitativos apresentados neste estudo referem-se aos números da população em situação de rua atendida e registrados em plataforma do Centro de Referência Especializado de Assistência social (CREAS), sendo que os números também são registrados através de formulário de registro mensal de atendimentos, entretanto são considerados dados

não oficiais¹¹. No que se refere aos dados oficiais que contemplem a realidade do município de Santa Maria, este segmento não foi contabilizado no Censo IBGE.

Os números registrados pelo CREAS foram utilizados pela equipe de referência para o desenvolvimento de estratégias, projetos e plano de trabalho para atendimento às demandas da população em situação de rua através da proteção social especial de média complexidade, referindo-se aos atendimentos realizados na sede do CREAS como demanda espontânea e também por meio de abordagens especializadas.

Ao longo do ano de 2020, foram atendidas até a finalização do estudo 217 pessoas em situação de rua, sendo que 188 (87%) são homens e 29 (13%) são mulheres, conforme evidenciado no Gráfico 1. Os números apresentados refletiram que a rua é um espaço ocupado majoritariamente por homens, o que suscitou compreender a dinâmica das mulheres que se encontram em trajetória de rua e os processos de violações de direitos à que estão submetidas, visto que em decorrência de se apresentarem em menor proporção, enfrentam a escassez de políticas públicas relacionadas à saúde da mulher e ausência de vagas nos dispositivos de acolhimento.

Gráfico 1- Usuários (as) atendidos (as) de acordo com o gênero



Fonte: Dados coletados na plataforma de atendimentos realizados com a população em situação de rua do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Santa Maria.

Atualmente o município de Santa Maria possui uma Casa de Passagem para Adultos e Famílias, ofertando 40 vagas¹², 35 masculinas e 5 femininas, podendo aumentar a capacidade

¹¹ Como justificativa para o desenvolvimento de políticas públicas para a população em situação de rua no município, considera-se os dados inseridos no Cadastro Único como oficiais, em decorrência da ausência de dados do IBGE.

para 50 acolhidos. Em virtude da Pandemia do Covid-19, por meio de contrato emergencial do município com uma organização da sociedade civil¹³, foram abertas 30 vagas pelo período de 3 meses, sendo que 6 vagas foram destinadas para mulheres. Como já identificado, o número de vagas disponíveis não contempla de forma satisfatória a demanda das mulheres em situação de rua no município de Santa Maria/RS. Ainda em virtude da pandemia, de março a abril de 2020, foi realizado o acolhimento emergencial para população em situação de rua, visando o isolamento social de indivíduos que não possuíam moradia e acesso à higiene como forma de prevenção ao contágio. Com a participação da equipe do CREAS, foram acolhidos no local o total de 75 pessoas, 70 homens e 5 mulheres¹⁴.

No cotidiano do exercício profissional enquanto assistente social, muitas questões surgiram em relação às mulheres em situação de rua, principalmente à dificuldade de acesso aos dispositivos da rede socioassistencial. Os processos de violações de direitos as quais foram e são expostas durante suas trajetórias, seja por um curto ou longo período em situação de rua, permitiu a compreensão da dificuldade que as mulheres enfrentam para criação de vínculos que permitam expor as situações vivenciadas, para uma escuta qualificada e acolhimento. Muitas vezes, a violência institucional esteve presente no cotidiano, como relatado pelas mulheres e também identificada pela equipe técnica, que as culpabiliza e engendra o preconceito que estas sofrem já no espaço da rua, dentro de serviços públicos que deveriam visar primordialmente o acolhimento à estas mulheres e a escuta.

5.2 O PERFIL DAS MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

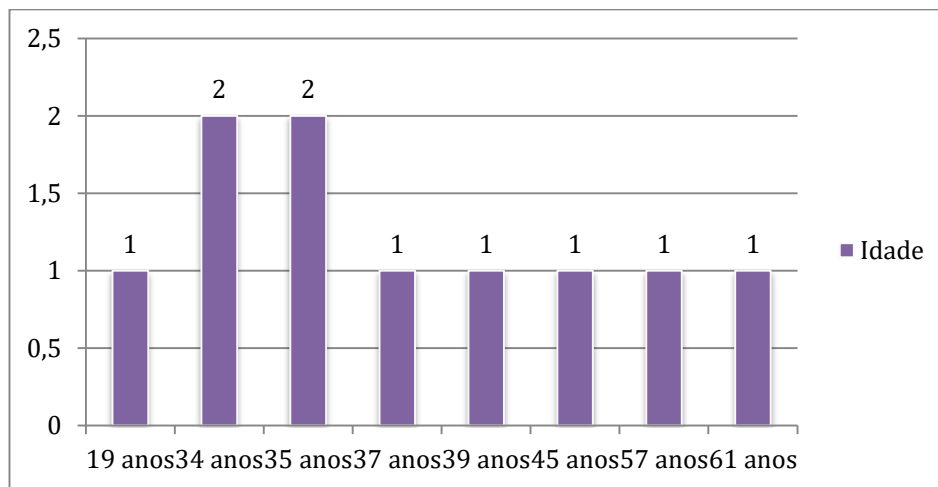
A partir da análise quantitativa dos dados referentes aos atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), identificou-se o perfil das mulheres em situação de rua em foco, as quais apresentaram idade de 19 a 61 anos, conforme apresentado no Gráfico 2.

¹² Prefeitura Municipal de Santa Maria/RS. Termo de Referência Acolhimento de Adultos e Famílias.2019.

¹³ Reportagem Diário de Santa Maria. Título: Moradores em situação de rua do CDM já estão realocados em casa de passagem. Disponível em <https://diariosm.com.br/not%C3%ADcias/geral/v%C3%ADdeo-moradores-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-do-cdm-j%C3%A1-est%C3%A3o-realocados-em-casa-de-passage-1.2260880>

¹⁴ Dados coletados a partir de plataforma do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Usuários (as) foram integrados (as) à plataforma de atendimento à população em situação de rua no ano de 2020.

Gráfico 2- Faixa etária das mulheres em situação de rua atendidas pelo CREAS



Fonte: Dados coletados na plataforma de atendimentos realizados com a população em situação de rua do Centro de Referência Especializado de Assistência Social de Santa Maria a partir do gênero.

Com relação à raça/etnia, cinco mulheres são brancas, uma parda e quatro mulheres negras. Quanto à orientação sexual, são heterossexuais. Importante destacar que uma das mulheres é transexual¹⁵, enfrentando no seu cotidiano o preconceito e o não reconhecimento a sua identidade de gênero feminina.

O nível médio de escolaridade perpassou o ensino fundamental incompleto (1); ensino fundamental completo (2); ensino médio incompleto (2); não alfabetizadas (2); Em três casos as mulheres não informaram a escolaridade. Os dados evidenciaram as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para prosseguir com os estudos diante das situações sociais de vulnerabilidades que vivenciam. Em suas falas, as mulheres trouxeram perspectivas com relação à qualificação profissional, desde a conclusão do ensino médio até o ingresso no ensino superior ou técnico, para inserção no mercado de trabalho formal, porém o empecilho esteve na oferta de cursos de qualificação gratuitos para acesso. Desta forma, as mulheres possuem menos recursos e formas para dar continuidade à qualificação profissional, o que revela sua precária inserção no mercado de trabalho formal.

Oito mulheres são consideradas pessoas com deficiência (80%), sendo uma também pessoa idosa. Os dados revelaram a negligência com relação ao tratamento de comorbidades desde a infância, agravando-se ao longo da trajetória em razão do uso abusivo de substâncias em alguns casos. Seja por questão de deficiência intelectual e física, algumas mulheres

¹⁵ Quando a pessoa não se identifica com o gênero imposto desde o nascimento, reconhecendo-se com o gênero oposto.

apresentaram também quadro de sofrimento mental e ausência do cuidado com relação à saúde mental no que se refere a tratamento com medicação, o que foi naturalizado desde a infância diante do estigma da “loucura” e preconceito que envolve as famílias, que muitas vezes negam a deficiência e encontram dificuldades no manejo com familiares que apresentam algum tipo de deficiência.

Sete mulheres são usuárias abusivas de substâncias, referindo o consumo de álcool, maconha ou crack, sendo que apenas uma está vinculada e acessa com certa frequência o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) AD¹⁶. As demais, mesmo sendo referenciadas e orientadas, enfrentaram dificuldades para acesso em razão do uso abusivo e a questão da redução de danos. Ainda, reflexo da desorganização de noção de espaço e tempo enfrentada na rua, além das recaídas em razão da extrema situação de vulnerabilidade biopsicossocial vivenciada.

A renda provém do Programa Bolsa Família, em média R\$90,00 reais mensais, sendo quatro usuárias beneficiadas. Quatro mulheres são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada para pessoa com deficiência no valor de um salário mínimo mensal, sendo que em dois casos o benefício encontra-se bloqueado em virtude da ausência de curador. Uma das mulheres é aposentada por invalidez, tendo acesso a renda mensalmente, porém com valor inferior ao salário mínimo nacional.

No que se refere aos vínculos familiares, sete mulheres relataram que estes encontram-se fragilizados, duas mulheres apresentaram a inexistência de vínculos familiares e uma situação de vínculo familiar rompido em decorrência da violação de direitos. Duas mulheres apresentaram em suas trajetórias histórico de institucionalização em unidade de acolhimento para crianças e adolescentes.

Das dez mulheres, duas não acessaram acolhimento na Casa de Passagem do Município neste momento da trajetória de rua. Das demais, muitas vezes o contato e fortalecimento do vínculo deu-se através de visita institucional no dispositivo de alta complexidade ou acesso ao CREAS para encaminhamento ao referido dispositivo.

São histórias de vida em que mesmo apresentando diferentes ciclos e particularidades se encontram na trajetória de rua, permeadas por situações de conflitos, violência, miséria, ausência de direitos e invisibilidade.

¹⁶ Álcool e Drogas.

5.3 TRAJETÓRIAS E AUSÊNCIAS: OS PROCESSOS SOCIAIS PERMEADOS POR VIOLAÇÕES DE DIREITOS

Quando relacionado ao senso comum, é recorrente o discurso que indivíduos que ocupam as vias públicas ou unidades de acolhimento oferecem risco à sociedade, sendo identificados como grupos perigosos, a partir do discurso meritocrático de que “não se ajudam”. A criminalização da pobreza aliada ao preconceito e violência exercida contra a população em situação de rua acaba por perpetuar um processo de violação de direitos, ignorando as situações vivenciadas ao longo da trajetória de cada indivíduo. Neste contexto, as mulheres em situação de rua passam a vivenciar um cotidiano marcado pelo estigma, pela culpabilização da situação vivenciada e pela violência de gênero.

Jesus (2001), em sua obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, narrou sua trajetória como catadora de materiais recicláveis, como mãe chefe de família, vivenciando um cotidiano permeado pela fome, a pobreza, a invisibilidade do povo da favela perante os governantes e a desigualdade social, relatando a ausência de acesso às necessidades básicas na favela do Canindé em São Paulo. O destaque para a obra, revelou a semelhança com a trajetória das mulheres em situação de rua, quando no cotidiano na rua, estas mulheres também expuseram suas vivências de exclusão e sofrimento, denunciando processos de violação de direitos, sendo também uma crítica social. “Estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa” (JESUS, 2001, p. 30).

O cotidiano permeado pela naturalização da violência doméstica, o uso abusivo de substâncias, o racismo, o machismo, a desnutrição por falta de acesso à alimentação, o buscar comida no lixo, foram apenas alguns dos aspectos em comum entre a trajetória de Carolina Maria de Jesus e das mulheres sujeitas deste estudo. Conforme a escritora, “(...) já perdi o hábito de sorrir” (JESUS, 2001, p. 27). Os atravessamentos que envolvem situações de violências desde a infância, o sofrimento psíquico e o abandono, revelam a falta de apoio e perspectiva que acompanham as mulheres em situação de rua.

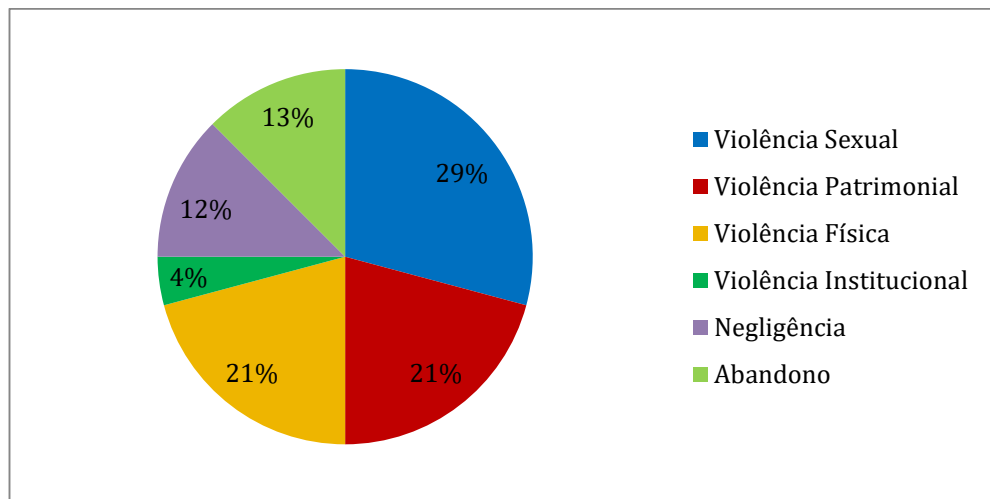
De forma unânime, as mulheres sujeitas desta pesquisa vivenciaram processos de violações de direitos, seja no ambiente familiar ou na rua, e até mesmo dentro de instituições públicas que deveriam acolhê-las e de certa forma minimizar os impactos da violência sofrida na rua.

A partir da análise sobre as trajetórias dessas mulheres, é importante destacar traços em comum durante suas vivências, como o atravessamento das situações de violências, perpetradas principalmente por pessoas pertencentes ao grupo familiar. Em três casos o pai foi

colocado como o violentador, referindo-se à violência sexual. Dois casos em que a mãe figurou como violentadora, em casos de violência patrimonial e negligência, onde o padrasto em um desses casos também aparece como violentador.

Como forma de compreender a dimensão das situações de violências vivenciadas pelas mulheres em situação de rua no município, a partir dos dados quantitativos analisados, o Gráfico 3 apresenta os tipos de violências que se fizeram presentes nas trajetórias dessas mulheres, evidenciando como o modelo patriarcal de sociedade legitima e naturaliza a violência contra o gênero feminino, principalmente com relação aos corpos femininos.

Gráfico 3- As violências vivenciadas pelas mulheres em situação de rua



Fonte: Coleta dos dados a partir da análise dos prontuários referentes aos atendimentos às mulheres em situação de rua do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Santa Maria.

As violências perpetradas dentro do ambiente familiar, tendo como violentador a figura paterna, despertou para o núcleo familiar como principal violador dos direitos destas mulheres. A ideiação de proteção e acolhimento da família, dá lugar a figura paterna que desperta o temor e traumas, resultados da violência sexual que gera o sentimento de culpabilização, como se uma criança, fosse a responsável pela situação vivenciada. Biroli (2018) destaca que o universo das relações familiares é permeado por afetos, cuidado e apoio, mas também de exploração do trabalho, do exercício da autoridade e da violência, sendo a violência doméstica, uma das formas apresentadas, afetando sobretudo as pessoas consideradas mais vulneráveis dentro dos núcleos familiares, como as mulheres, frente às questões socioeconômicas e construção social da submissão do feminino pelo masculino.

Em determinadas situações, a fragilidade dos vínculos familiares, aliado às situações que envolvem negligência com relação as mulheres com deficiência por parte dos pais, fez com que os irmãos sentissem responsáveis pela proteção, auxílio e acolhimento destas. Como foi o caso de duas dessas mulheres que vivenciaram a situação de rua em virtude do agravamento do quadro de saúde e negligência com relação ao acesso a tratamento, sendo estas expostas às violências na rua, até serem internadas para tratamento em saúde por apresentarem estar em situação de risco.

O ambiente doméstico como sendo um lugar supostamente seguro, permeado por amor, proteção e acolhimento, torna-se lócus privilegiado da violência contra mulher, praticada na maioria das vezes pelo cônjuge, ex-cônjuge, pelo pai e irmãos (CISNE; SANTOS; 2018). A idealização da família como núcleo de proteção e centralidade que a mesma adquire nas políticas sociais, permitiram analisar como as mães das mulheres que hoje encontram-se em situação de rua naturalizaram a violência que também vivenciaram em suas trajetórias.

Quanto aos vínculos afetivos, as mulheres apresentaram em suas falas a presença de companheiros, sendo que na trajetória de duas delas o relacionamento se deu anterior a trajetória de rua, onde a violência perpetrada pelos mesmos foi a causa principal que culminou na situação de rua. A violência doméstica, abrangendo situações de ameaça, violência psicológica e patrimonial, até abandono de incapaz causaram intenso sofrimento psíquico e temor, acarretando no acolhimento institucional como proteção destas mulheres.

Para algumas dessas mulheres, a rua adquiriu o significado de liberdade, por não tolerar a violência, como uma forma de reconstrução diante das situações vivenciadas. A violência, as humilhações e o sofrimento pelos quais as mulheres são expostas parecem ser superados pela possibilidade de ter uma independência com relação à pressão de familiares, do isolamento e do cotidiano doméstico de opressão (TIENE, 2004).

O cotidiano marcado por conflitos familiares em decorrência do uso abusivo de substâncias, foi a principal motivação trazida por uma das mulheres para estar em trajetória de rua, conforme seu relato em acolhimento no CREAS, revelou que a rua foi a liberdade encontrada para evitar conflitos com a irmã. Sua história vai ao encontro do relato de Esmeralda do Carmo Ortiz, que narrou em seu livro a trajetória enquanto mulher em situação de rua na cidade de São Paulo desde a infância, em seu relato trouxe que “achava que a rua poderia ser a minha liberdade” (ORTIZ, 2001, p. 192).

Ortiz (2001) vivenciou assim como as mulheres sujeitas deste estudo à pobreza e sua naturalização, a falta de acesso a garantia de direitos e o uso abusivo de substâncias. Segundo

ela, na rua era necessário ter instinto de sobrevivência. Com relação ao uso abusivo, o triângulo formado pela obsessão, compulsão e uso, “eu vivia para usar e usava para viver (...) perdi o amor-próprio e pelas pessoas, e o pior: perdi a dignidade” (ORTIZ, 2001, p. 99).

Em outras trajetórias, a rua foi a consequência de situações de violação de direitos e abandono, questão que se agravou diante das mulheres serem em sua maioria, pessoas que apresentaram algum tipo de deficiência e comprometimento psíquico. “Viver na rua é recomeçar cada dia a luta pela sobrevivência” (TIENE, 2004, p. 126).

Uma mulher relatou durante a trajetória em situação de rua a violência institucional a que foi submetida. Cabe o destaque sobre os fatos, por se tratar de uma mulher transexual, que na trajetória de rua, além de ser pessoa em situação de extrema vulnerabilidade social, ainda sofreu transfobia nos espaços públicos, quando não foi atendida através da política de saúde e o extremo de sofrer violência física dentro de um dispositivo da política de assistência social por técnico que deveria garantir o direito a atendimento em condições de dignidade e respeito a sua identidade de gênero. Na busca por tratamento para o uso abusivo de substâncias em instituição religiosa, sofreu opressão e foi impedida de exercer o seu direito de ser mulher, sendo obrigada a usar roupas masculinas, o cabelo foi cortado, as medicações suspensas sob a alegação que a fé curava, o que posteriormente acarretou em internação. O sofrimento trouxe consequências para a autoestima e o seu reconhecimento enquanto mulher, sendo a rua o espaço que permitiu o seu tratamento como mulher, seja através do uso do corpo enquanto profissional do sexo ou durante o uso abusivo de substâncias, por meio da construção de vínculos com os demais sujeitos em situação de rua, que passaram a respeitar a sua identidade de gênero e nome social, mesmo que seja também submetida à violência na rua.

5.4 A PERPETUAÇÃO DO CICLO DE VIOLÊNCIA NA RUA

A rua como consequência de processos sociais de vulnerabilidade significou a liberdade das situações de violências sofridas dentro do núcleo familiar, porém estas se repetiram no espaço público e também na unidade de acolhimento. Ser mulher e estar em situação de rua, coloca-as em uma situação de vulnerabilidade extrema. A cultura do estupro no país, naturalizada a partir do discurso machista que culpa a mulher por seu modo de se comportar e vestir, é entendido como “passe-livre” para a violência sexual sofrida pelas mulheres em situação de rua, visto que por ocupar a via pública, o seu corpo é entendido enquanto público, sendo este um dos principais temores trazidos pelas mulheres durante a escuta, a possibilidade de sofrer violência.

No curta Invisíveis-histórias para acordar, que retrata a exposição das mulheres em situação de rua no município de Porto Alegre,RS às violências seja ela na rua ou nas instituições, é abordado os 10 mandamentos das moradoras de rua:

- 1) Procurar uma família de rua que a proteja;
- 2- Dormir com um olho fechado e outro aberto;
- 3) Aprender a ser durona.
- 4) Juntar um grupo de mulheres para se defender dos estupradores e bater neles se for preciso;
- 5) Ficar sempre de sobreaviso com qualquer homem, rico, pobre ou miserável, velho, moço, bonito ou feio;
- 6) Não confiar na polícia.
- 7) Procurar um companheiro de preferência um pouco amoroso e não muito violento. Mas se for, evitar provocar a criatura até poder se livrar dele;
- 8) Se engravidar, arranjar alguém para ir buscar no hospital e uma casa- qualquer uma- para morar, se não quiser perder o filho para a assistência;
- 9) Nunca dormir sozinha;
- 10) Não pensar muito no passado nem no futuro (FINOCCHIARO; GATTI; 2020).

A vivência na trajetória de rua, permitiu a construção de novas relações tendo em vista a dimensão de cooperação que existe entre os indivíduos que vivenciam a situação de rua, também como uma estratégia de sobrevivência, principalmente para as mulheres. Segundo Ortiz (2001), seria uma tentativa de substituir sua família por outras pessoas, criando outros tipos de laços e vínculos. Como é o caso das mulheres em situação de rua sujeitas deste estudo, as quais buscaram a construção e fortalecimento de vínculos, de solidariedade e afetivos.

Relacionado aos vínculos afetivos, duas mulheres possuíam companheiros que também se encontravam em situação de rua, onde estes adquiriram o papel de protetores, mas também assumiram por vezes a figura de violentadores. Outras duas mulheres construíram relações fora do espaço público, com suas particularidades. Nestes dois casos, no primeiro, apesar de ser acolhida pelo companheiro, em virtude do uso abusivo de substâncias, a mulher permaneceu na transição entre a casa do companheiro, o acesso a casa da mãe, a casa de passagem, e a rua. No segundo caso, a situação envolveu o companheiro recluso no sistema prisional. Deste modo, as relações construídas por elas na trajetória de rua, se apresentaram como uma forma de adquirir proteção e auxílio para acesso às necessidades básicas, muitas vezes mediante a venda do próprio corpo.

Tiene (2004) destacou que em decorrência da grande mobilidade espacial em que vive a população em situação de rua, nada é definitivo, inclusive as relações interpessoais que são construídas na rua, as quais fazem, se desfazem e refazem com uma rapidez impressionante. Na análise da trajetória das mulheres em situação de rua, foi possível identificar a intensidade como acontecem as relações afetivas, uma maneira de suprir uma carência de afeto que vêm desde a infância, porém as situações de violência e opressão se repetem, sendo difícil para elas o rompimento com o ciclo de violência que se perpetuou em suas trajetórias. Identificam

os parceiros como protetores, uma forma de não serem violentada por outros homens na trajetória de rua. Porém, ainda assim são subordinadas aos companheiros, por meio de agressões verbais, físicas e sexuais.

Em decorrência disso, as mulheres em situação de rua também se preocuparam em adquirir resistência para sua defesa em situações de perigo, relatando que não fazem uso de medicação durante a noite, temendo por sua integridade física em virtude do efeito do remédio. Evidenciando que o ser mulher e estar na rua, as torna ainda mais vulneráveis às situações de violência, até mesmo dentro da instituição de acolhimento. O uso abusivo de substâncias, principalmente o álcool também é outro fator que torna a mulher em situação de rua vulnerável quando está sob efeito da substância. Conforme relato de uma das mulheres, já foi agredida diversas vezes por agentes da segurança pública e outros homens na rua quando estava alcoolizada.

As percepções de feminilidade também se modificaram no espaço da rua, visto que foi recorrente em seus relatos à adoção de comportamentos masculinizados como forma de garantia de proteção em situação de risco. Para as mulheres em situação de rua, aprender a se defender foi uma estratégia de sobrevivência.

5.5 MATERNIDADE

Seis mulheres em situação de rua apresentaram em suas trajetórias a experiência da maternidade, mas nem todas exerceram a maternagem para com seus filhos, em virtude dos processos de violação de direitos sofridos. Duas mulheres vivenciaram a gravidez ainda na infância, fruto de estupro, aos 12 anos de idade. Em três dessas trajetórias houve a destituição do poder familiar, sendo as crianças adotadas posteriormente. Em outros casos, as crianças estão e/ou estiveram sob a responsabilidade da família ampliada, sendo que as mesmas buscaram ter convivência com os filhos.

Refletir sobre as trajetórias dessas mulheres, as sucessivas situações de riscos a que foram expostas longo da infância, frente a um ideal de maternidade que foi construído socialmente, influenciou diretamente na percepção sobre o que é ser mãe para as mulheres que vivenciaram situações de violência e abandono.

A naturalização e imposição da maternidade às mulheres calcado no discurso de uma predisposição natural do feminino para gerar um filho e amá-lo incondicionalmente, reforçam padrões de moralidade que ao serem internalizados por mulheres que enfrentaram dificuldades para exercer a maternidade e a maternagem, geram sentimento de culpa por não

vivenciarem aquela construção do amor materno e também familiar, quando este não foi apresentado durante toda sua trajetória. Badinter (1985) traz que o amor materno é apenas um sentimento humano, e como todo sentimento é incerto, frágil e imperfeito, não está inscrito na natureza feminina. “O interesse e a dedicação pela criança podem ou não manifestar-se. A ternura existe ou não. As diferentes maneiras de expressar o amor materno vão do mais ao menos, passando pelo nada e quase nada” (BADINTER, 1985, p. 23).

Em seu livro Biroli (2018) trata da questão que envolve a idealização romântica da maternidade e a reflexão sobre as reais condições vivenciadas a partir de realidades distintas, apontando que a maternidade não é vivenciada da mesma forma por todas as mulheres. Ainda, pontua que as mulheres em situação de vulnerabilidade social são expostas à negligência, violência e desumanização. Família e maternidade são vividas de formas distintas pelas mulheres segundo a sua posição em outros eixos de opressão nas sociedades, como classe, raça e sexualidade (BIROLI, 2018).

A ausência de políticas voltadas para a saúde reprodutiva das mulheres em situação de rua, a dificuldade no acesso ao pré-natal e também aos métodos contraceptivos, são apenas algumas das dificuldades enfrentadas no cotidiano. Ainda, a exposição às situações de violência revelam que nem todas as gestações foram desejadas. Segundo Oliveira, Almeida e Rufino (2019), a gravidez também se constitui em elemento de vulnerabilidade individual e social para a mulher, por esta vivenciar alterações corporais, relacionais e emocionais, sobretudo quando vivenciada em um contexto permeado por situações que envolvem violências, abandono e uso abusivo de substâncias. A gravidez quando não planejada e desejada, frente à desigualdade social imposta, pode gerar sentimento de frustração e sofrimento à mulher.

As mulheres trouxeram em seus discursos a culpabilização por não se encaixarem nos padrões aceitos pela sociedade como a mãe ideal, a vergonha pelas situações vivenciadas que culminaram com a situação de rua. Sofreram com uma dupla marginalização, por ser mulher/mãe vivenciando a situação de rua, e por serem usuárias abusivas de substâncias. Foram apontadas como incapazes de exercer a maternagem e culpabilizadas pela situação de extrema vulnerabilidade, visto que não são raros os casos em que mulheres em situação de rua são separadas dos filhos logo após o nascimento.

A maternidade pode ganhar também o significado de aquisição de uma identidade social, uma tentativa de resgatar os vínculos familiares fragilizados, como um resgate do afeto e estima, como uma possibilidade de mudança de vida, porém a questão da precariedade

socioeconômica e a ausência de uma rede de apoio tornam-se impasses para a concretização do que foi criado no imaginário das mulheres (PENNA et al., 2011).

Outro aspecto relevante identificado a partir da análise da trajetória das mulheres em situação de rua foi a configuração da chamada família monoparental, onde as mães são as únicas responsáveis pela criação dos filhos, seja pelo falecimento da figura paterna, ou em sua maioria pela ausência do exercício da paternidade. Referindo-se a realidade das mulheres em situação de rua, três destas não apresentaram em seu registro de nascimento o nome do pai, indicando a desresponsabilização dos homens frente à criação de seus filhos. O abandono paterno, legitimado pela sociedade, impôs às mulheres a responsabilidade pela criação dos filhos, sem amparo financeiro e para divisão dos cuidados com as crianças, muitas não possuem rede de apoio. Esta realidade foi identificada principalmente nas famílias das mulheres negras.

As famílias chefiadas por mulheres muitas vezes são núcleos familiares que vivenciam em seu cotidiano a vulnerabilidade social e ausência de políticas públicas que possibilitem alterar essa realidade, encontrando dificuldades para acesso ao mercado de trabalho e submetidas à precárias relações de trabalho.

Novamente as trajetórias das mulheres em situação de rua e suas famílias apresentam semelhança com a história de vida de Carolina Maria de Jesus. Esta, mãe de três filhos, em seu diário, retratou a luta para a garantia da sobrevivência dos filhos, sozinha. Sobre a resistência destas mulheres, Arnaldo Xavier, poeta negro nordestino, criou a expressão “matriarcado da miséria” para designar a experiência das mulheres negras que foram historicamente submetidas à exclusão, discriminação e rejeição social (CARNEIRO, 2000).

Biroli (2018) retoma a questão do matriarcado da miséria, levando em consideração o sofrimento e os custos da maternidade que envolve mulheres que vivenciam situações de vulnerabilidade social, o que traz consigo a exclusão, o racismo, o sexismo e as resistências do cotidiano, exemplificados no extermínio de jovens negros nas periferias que fazem parte do cotidiano de muitas mulheres. Neste sentido, é importante pontuar a questão de como a maternidade se apresenta de diferentes formas levando em consideração a raça e a classe.

A compreensão sobre como as mulheres em situação de rua identificam as relações afetivas e de cuidado, influenciou de forma direta em suas percepções do que significado da maternidade. As diversas formas de violências impostas ao longo de suas trajetórias, estupros na infância, que culminaram em uma gravidez precoce, quando uma criança teve a maternidade imposta, em situação de extremo risco, sem qualquer amparo do poder público com relação a garantia de seus direitos, geraram intenso sofrimento. Uma das mulheres que

teve a primeira gestação aos 12 anos de idade, passou ainda por outras duas gestações, sendo todas as crianças encaminhadas para adoção.

As mulheres não vivenciaram, em sua maioria, a maternidade durante a trajetória de rua. Aquelas que os filhos ficaram sob a responsabilidade da família ampliada, buscaram formas de aproximação, fortalecimento dos vínculos familiares e convívio. Longe de qualquer imposição de amor materno, elas trazem em suas trajetórias as marcas de processos de violação de direitos e buscam ressignificar as relações familiares e de afeto, por mais que encontrem dificuldades frente ao preconceito, a culpabilização pela situação vivenciada e a falta de acesso às políticas públicas.

5.6 AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA RUA

No que se referiu ao acesso ao mercado de trabalho, as mulheres que apresentaram condições laborativas para exercer atividade remunerada, estão inseridas no mercado de trabalho informal. Entre as ocupações estão o trabalho com limpeza, cuidadora de idosos, lavadora de roupas, catadoras de materiais recicláveis, profissional do sexo, ambulante, cuidadora de carros e motos.

A dificuldade para ingresso no mercado de trabalho em virtude da baixa escolaridade, bem como o acesso aos direitos trabalhistas, foi o maior entrave que se apresentou para a superação da situação de rua, visto que a ausência de renda foi determinante para que as mulheres permanecessem em situação de extrema vulnerabilidade social. Os programas de transferência de renda, como bolsa família permite o acesso à renda mínima no valor de R\$ 90,00, porém não se mostra suficiente para a superação da situação de rua, frente a ausência de uma política de enfrentamento através do acesso ao mercado de trabalho.

Algumas mulheres possuíam limitações em decorrência da idade e experiências profissionais, como foi o caso de uma das mulheres, que aos 57 anos não possuía experiência comprovada em carteira de trabalho, e foi impedida pelo ex-companheiro de exercer atividade remunerada. Muitas vezes, como forma de complemento de renda ao Programa Bolsa Família, as mulheres ofertavam o trabalho doméstico aos demais acolhidos da Casa de Passagem, no que se referia à organização do local, lavar roupas, em troca de valores simbólicos.

De acordo com Brites e Picanço (2014) o trabalho reprodutivo, trabalho doméstico, é o grande absorvedor de mão de obra de mulheres, sendo este majoritariamente feminino, principalmente mulheres negras e com baixa escolaridade. Ainda, “o trabalho doméstico raramente significou uma escolha profissional desejada, mas, em geral admitida frente às

condições concretas de baixa escolarização e maternidade precoce” (BRITES, 2000 apud BRITES; PICANÇO, 2014, p. 138).

De certa forma, a divisão sexual do trabalho permaneceu inalterada na trajetória de rua, visto que as mulheres permaneceram em ocupações relacionadas ao trabalho reprodutivo e doméstico, reproduzindo a divisão de papéis que acontece dentro do ambiente doméstico. Ainda, muitas vezes as mulheres foram colocadas pelos companheiros em situação mendicância, dada a maior sensibilização da sociedade e comoção frente à mulher em situação de rua, em decorrência da percepção de fragilidade do feminino.

A precária inserção das mulheres no mercado de trabalho informal e a necessidade de sobrevivência na situação de rua levou às mulheres a exercer também a atividade como profissional do sexo. Duas mulheres trouxeram em seus relatos a necessidade da venda do corpo como alternativa para seu sustento e também manutenção do uso abusivo de substâncias. Para a mulher transexual em situação de rua, a atividade foi determinada pela marginalização de seu corpo, o preconceito que exclui transexuais e travestis do acesso ao mercado formal de trabalho.

A relação entre a prostituição e sexualidade revela que as mulheres transexuais estão ainda mais expostas às condições de subalternidade e violência sexual, considerada também uma situação de risco, diante dos acontecimentos em envolveram o aumento da violência de gênero no município de Santa Maria no ano de 2019 e início de 2020, quando quatro mulheres transexuais foram assassinadas¹⁷.

Na rua, o trabalho informal e precarizado garantiu a sobrevivência para acesso às necessidades básicas. Ainda que se tenha acesso à Casa de Passagem para alimentação, pernoite e higiene, por vezes as mulheres em razão do trabalho na rua, perderam a noção do horário e também a vaga na instituição.

Quanto às mulheres que em virtude da deficiência não possuíam condições laborativas para acesso ao mercado de trabalho informal, a sobrevivência dependeu de doações de alimentos por voluntários e comerciantes, quando são resistentes ao acolhimento na Casa de Passagem. Para as mulheres com deficiência, o acesso à renda ocorreu através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), porém em algumas situações encontrava-se bloqueado e em outro caso, a mulher não tinha o valor repassado para seu benefício próprio. Uma das

¹⁷ Artigo publicado na plataforma digital Sul20. Título: Morte em Santa Maria: cidade vive escalada de violência de gênero. Autores: Fernando de Figueiredo Balieiro e Richard Miskolci. <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/01/morte-em-santa-maria-cidade-vive-escalada-de-violencia-de-genero-por-fernando-de-figueiredo-balieiro-e-richard-miskolci/>

mulheres em situação de rua beneficiária, relatou que parte do valor era repassado aos filhos que residiam em outro município. Assim, ela complementava a renda com o trabalho informal.

A divisão sexual do trabalho, conforme destaca Biroli (2018), é locus importante da produção do gênero, não incidindo de forma igualitária sobre todas as mulheres, implicando que a produção do gênero se dá de forma racializada e atende a uma dinâmica de classe. Desta forma, mesmo que trabalho feminino seja explorado dentro do sistema capitalista e patriarcal de sociedade, as mulheres em situação de vulnerabilidade social e negras, e em questão às mulheres em situação de rua, vivenciam formas de inserção precarizadas no acesso à renda, trabalho e condições de sobrevivência.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das trajetórias de mulheres em situação de rua no município de Santa Maria/RS a partir do acesso e acompanhamento através do Centro de Referência Especializado de Assistência Social) permitiu compreender que as relações construídas na rua são baseadas em um sistema de opressão do feminino, contribuindo para a manutenção das relações de poder e dominação das mulheres pelos homens.

Através do conhecimento do perfil das mulheres em situação de rua sujeitas deste estudo, foi possível apreender as particularidades de cada trajetória, além dos traços em comum de suas realidades, afirmando como as categorias de gênero, classe e raça/etnia estão relacionadas, a partir dos marcadores sociais de vulnerabilidades. As realidades e oportunidades não se apresentam da mesma forma levando-se em consideração as classes sociais e o racismo.

O estigma imposto à população em situação de rua, e em particular às mulheres em situação de rua que ocupam o espaço público no município, a partir da compreensão de seus relatos e análise de suas trajetórias, permite afirmar que vivenciam o preconceito com relação ao gênero -o ser mulher-, estar em situação de rua e ocupar o espaço público; em razão de classe social, por se tratar de mulheres em situação de extrema vulnerabilidade social; e em virtude da raça, quando analisado o cotidiano das mulheres negras em situação de rua.

Os marcadores sociais de vulnerabilidade observados nas trajetórias das mulheres em situação de rua, vão desde à situação de vulnerabilidade social do núcleo familiar, as violências enfrentadas desde a infância, a fragilidade dos vínculos familiares, o uso abusivo de substâncias, a violência doméstica, a maternidade e a precária inserção no mercado de

trabalho, sendo determinantes para a vivência da situação de rua, e também entendidos como parte do enfrentamento às situações de violência, dado o entendimento da rua enquanto liberdade.

Mesmo que a violência contra a mulher não esteja restrita a classe social, mulheres em situação de vulnerabilidade social enfrentam um cotidiano de dificuldades, em virtude de um Estado que não fornece garantias básicas, como proteção e possibilidade de ruptura com o ciclo de violência, e esta realidade agrava-se quando se trata de mulheres em situação de rua, que já sofreram sucessivas violações de direitos, acarretando na ocupação do espaço público como forma de sobrevivência.

A violência de gênero foi assim, identificada como elemento determinante para estas mulheres vivenciarem situação de rua. As violências impostas a elas, perpetuadas dentro do núcleo familiar, seja pelos pais ou companheiros, levaram-nas a ocupar o espaço público e unidade de acolhimento como forma de proteção e liberdade das situações vivenciadas, porém a violência contra a mulher foi reproduzida novamente na rua, dada a construção social machista, sexista e misógina que foi naturalizada pelos sujeitos.

Assim, as relações de gênero, a opressão e exploração do feminino foram reproduzidas para além do ambiente doméstico de uma residência, visto que as mulheres em situação de rua mantiveram a preocupação e responsabilidade com as relações de cuidado e trabalho doméstico no espaço da rua, além da violência doméstica sofrida, perpetrada pelos seus companheiros e também a violência sofrida por demais sujeitos que identificam o corpo da mulher em situação de rua enquanto público.

O preconceito e o machismo impõem a elas um cotidiano violento, principalmente sobre seus corpos. Identificou-se através do atendimento à população em situação de rua, homens e mulheres, que vivenciam realidades distintas, que perpassam a construção social que envolve de forma direta a questão de gênero.

Não há no município de Santa Maria uma política integrada de proteção social para atendimento à população em situação de rua, o que torna ainda mais difícil a superação da situação frente à uma lógica baseada na meritocracia adotada pelo Estado. Diante deste cenário, as mulheres em situação de rua sofrem uma violência particular no espaço da rua, perpetuada contra seus corpos e pela ausência de direitos que garantam uma vida em condições de dignidade.

A partir do conhecimento das trajetórias destas mulheres, por meio de resistência enquanto trabalhadora do SUAS na garantia de direitos por parte do Estado e não através de

ações assistencialistas, busca-se o fortalecimento de uma rede articulada entre as políticas sociais, que atenda de forma efetiva as demandas das mulheres em situação de rua.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Título Original: L'AMOUR EN PLUS.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. MISKOLCI, Richard. **Morte em Santa Maria: cidade vive escalada de violência de gênero. Plataforma digital Sul20**. Publicado em 9 jan 2020. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/01/morte-em-santa-maria-cidade-vive-escalada-de-violencia-de-genero-por-fernando-de-figueiredo-balieiro-e-richard-miskolci/>>. Acesso em 21 de Novembro de 2020.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. LISBOA/Portugal: Edições 70, 1977. Título Original: L' Analyse de Conremt.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília/DF, 2009.

BRASIL. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília/DF, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. **Orientações técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua-Centro Pop**. Volume 3. Gráfica e Editora Brasil LTDA. Brasília/DF, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. **Perguntas e Respostas: Serviço Especializado em Abordagem Social. SUAS e população em situação de rua**. Volume 4. Brasília/DF, 2013a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS**. Brasília/DF, 2004.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. **Relatório do I Encontro Nacional sobre população em situação de rua**. Secretaria Nacional de Assistência Social. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília/DF, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Secretaria Nacional de Assistência Social-SNAS. Brasília/DF, 2013b.

BRITES, Jurema; PICANÇO, Felícia. **O emprego doméstico no Brasil em números, tensões e contradições: alguns achados de pesquisas**. Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, Ano 19, nº 31, p. 131-158. 2014.

CARNEIRO, Sueli. **O matriarcado da miséria, por Sueli Carneiro**. Publicado em 15 set 2000. Portal Geledés. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/o-matriarcado-da-miseria/>>. Acesso em 14 de Outubro de 2020.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. 1ª Ed. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2018.

COSTA, Alderon Pereira da. **O olhar do respeito e da atenção na produção de um ensaio fotográfico**. In: Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. P. 65-78. MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília/DF, 2009.

DIÁRIO DE SANTA MARIA. **Título: Moradores em situação de rua do CDM já estão realocados em casa de passagem**. Santa Maria, 16 set 2020. Disponível em <<https://diariosm.com.br/not%C3%ADcias/geral/v%C3%ADdeo-moradores-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-do-cdm-j%C3%A1-est%C3%A3o-realocados-em-casa-de-passage-1.2260880>>. Acesso em 25 de novembro de 2020.

DONNANGELO, ROSA. **Vidas precárias no centro de São Paulo. Pesquisador estuda a condição e a trajetória da mulher em situação de rua na capital paulista**. UNIFESP. São Paulo, [2014?]. Disponível em <<https://www.unifesp.br/reitoria/dci/publicacoes/entreteses/item/2249-vidas-precarias-no-centro-de-sao-paulo>>. Acesso em 21 de Novembro de 2020.

FINOCCHIARO, Deborah; GATTI, Amanda. **Invisíveis-histórias para acordar-em tempos de pandemia** (13m38s). Porto Alegre, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?feature=share&v=e_xt3oAwOIk&fbclid=IwAR3Dlvzy_FQNIasZeYIFVmRQ8E9-aknm6qG8Y6j1v_ys2Ek0HfIcaQc3nTw&app=desktop#dialog>. Acesso em 19 de Outubro de 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Talita Fernandes. **Rua, substantivo feminino: mulheres em movimento e o direito ao corpo na cidade**. 2019. 98 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre/RS, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 2001.

MARX, Karl. **A ideologia alemã: Karl Marx e Friedrich Engels**. Tradução de Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MOTA, Ana Elisabete (org.). **O Mito do Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MYNAIO, Maria Cacília de Souza (org.); DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu. 21ª ed. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Daiane Santos; ALMEIDA, Sara Peixoto de; SILVA, Dejeane de Oliveira; RUFINO, Marluce. **Vivência de mulheres em situação de rua no exercício da maternidade**. In: Anais da I Mostra Científica do Grupo de Estudos e Pesquisa Pop Rua: situação de rua, cidadania e direitos humanos. P. 26-32. Defensoria Pública do Estado da Bahia. 1ª ed. Digital. Salvador/BA: ESDEP, 2019.

ORTIZ, Esmeralda do Carmo. **Esmeralda, por que não dancei**. 3ª ed. São Paulo: Senac, 2001.

PENNA, Lucia Helena; CARINHANHA, Joana; MARTINS, Vilma; FERNANDES, Gleice. **A maternidade no contexto de abrigamento: concepções das adolescentes abrigadas**. Rev Esc Enferm. Universidade de São Paulo. P. 544-551. São Paulo, 2011. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/reeusp/v46n3/03.pdf>>. Acesso em 22 de Outubro de 2020.

PRATES, Jane Cruz; FERNANDES, Idilia. **Diversidade e estética em Marx e Engels**. Campinas/SP: Papel Social, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária**. P.116-118. Porto Alegre: Textos & Contextos, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA. **Edital de Chamamento público 01/2019. Termo de Referência Acolhimento de Adultos e Famílias**. Santa Maria/RS, 2019.

PROETTI, Sidney. **As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo**. 2017.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. **Notas sobre a dinâmica socioespacial da população em situação de rua: estratégias de adaptação, sobrevivência e o manejo dos recursos disponíveis no meio urbano**. In: Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. MDS: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília/DF, 2009.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil para análise histórica**. Tradução de Christine Rufino Dabat Maria Betânia Ávila. Título original: Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. 35 p. Nova Iorque. 1989. Disponível em:

<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em 12 de Agosto de 2020.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

TIENE, Izalene. **Mulher moradora na rua: entre vivências e políticas sociais**. Campinas/SP: Alínea, 2004.